

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Procedimentos de auditoria são aqueles que representam

- (A) as avaliações que o auditor realiza para determinar a natureza, a extensão e a profundidade dos testes de auditoria.
- (B) o conjunto de técnicas que o auditor utiliza para colher as evidências sobre as informações das demonstrações financeiras.
- (C) as avaliações que o auditor realiza para determinar se os saldos das contas do balanço patrimonial e da demonstração de resultado estão superavaliados.
- (D) o conjunto de técnicas que o auditor utiliza para avaliar o sistema de controle interno da empresa auditada, relacionado às contas contábeis.
- (E) as avaliações que o auditor realiza para planejar e executar a confirmação de saldos contábeis junto a terceiros.

2. O exame, pelo auditor, de documentos externos e internos com o objetivo de constatar a veracidade dos valores registrados na contabilidade da entidade, é um dos procedimentos de auditoria denominados de

- (A) Exame de superavaliação, por meio do qual o auditor parte do documento para conferir a composição do saldo do razão geral.
- (B) Contagem física de documentos, por meio do qual o auditor parte dos documentos para em seguida fazer a identificação dos bens declarados nas demonstrações financeiras.
- (C) Conferência de cálculo, por meio do qual o auditor verifica se os valores dos lançamentos contábeis foram corretamente calculados.
- (D) Confirmação com terceiros, por meio do qual o auditor deve confirmar junto a terceiros os valores indicados nos documentos e registrados na contabilidade da entidade.
- (E) Inspeção de documentos, por meio do qual o auditor avalia se os lançamentos contábeis estão devidamente suportados.

3. Considerando o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar 101 de 04/05/2000) sobre o limite da despesa com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, assinale a alternativa que indica **corretamente** o percentual da receita corrente líquida que a despesa total com pessoal do Município não poderá exceder

- (A) 49%
- (B) 50%
- (C) 54%
- (D) 60%
- (E) 70%

4. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que contém somente receitas públicas da categoria econômica e do tipo receitas correntes.

- (A) Receita tributária, de contribuições e de superávit orçamentário corrente.
- (B) Receita de serviço, receita patrimonial e receita proveniente de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas correntes.
- (C) Receita de atividade industrial ou agropecuária e receita provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívida.
- (D) Receita tributária, receita de serviços e receita proveniente da conversão, em espécie, de bens e direitos.
- (E) Receita de contribuições, receita patrimonial e receita proveniente de amortização de empréstimos anteriormente concedidos.

5. Além do critério de classificação institucional, as receitas públicas podem ser classificadas por outros critérios. Assinale a alternativa **correta** em relação aos demais critérios de classificação das receitas públicas.

- (A) Segundo sua natureza e funcional.
- (B) Segundo sua natureza e programático.
- (C) Funcional e programático.
- (D) Segundo sua natureza e quanto às fontes de recursos.
- (E) Funcional e segundo as fontes de recursos.

6. Na Administração Pública, orçamento-programa é aquele que

- (A) evidencia os graus de prioridade que foram dados aos programas de investimentos.
- (B) dá transparência ao que se pretende gastar ou comprar pelo relacionamento das receitas a arrecadar com as despesas de custeio programadas.
- (C) destaca as metas e objetivos que se propõe realizar por meio de um conjunto de programas para os quais devem ser definidos os objetivos a serem alcançados, os custos envolvidos e as fontes de recursos.
- (D) destaca o que se pretende realizar com os recursos provenientes das diversas fontes, pelo ato de restringir os gastos e as compras ao montante da receita estimada.
- (E) evidencia em primeiro lugar os recursos disponíveis por natureza e fonte de recursos e, em seguida, define a distribuição desses recursos na manutenção da rede de serviços públicos a que se propõe realizar por meio dos programas administrativos.



7. Identifique qual das alternativas constitui recursos (desde que não comprometidos) para a abertura de créditos suplementares e que devem ser incorporados ao orçamento, considerando o disposto na Lei 4.320/64.

- (A) O excesso de arrecadação desde que ajustado pelo déficit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior ou o produto de operações de crédito autorizadas ou a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias para reforçar a dotação orçamentária quando do acréscimo de despesas por subestimativa da previsão.
- (B) Os créditos adicionais autorizados em lei para a cobertura de despesas urgentes e imprevistas, como nos casos de guerra ou calamidade pública.
- (C) O produto de operações de crédito autorizadas ou a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias para a cobertura de despesas para as quais não exista dotação específica, como quando da criação de órgãos da administração pública.
- (D) O excesso de arrecadação ou o produto de operações de crédito autorizadas ou a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias para a cobertura de despesas urgentes e imprevistas, como em caso de guerra ou calamidade pública, ou para cobrir despesas para as quais não exista dotação específica ou ainda para reforçar a dotação orçamentária, quando do acréscimo de despesas por subestimativa da previsão.
- (E) O excesso de arrecadação ou o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior ou o produto de operações de crédito autorizadas ou a anulação total ou parcial de dotações orçamentárias para reforçar a dotação orçamentária, quando do acréscimo de despesas por subestimativa da previsão.

8. Considerando a classificação das despesas públicas segundo a categoria econômica, uma concessão de empréstimo deverá ser classificada como uma

- (A) inversão financeira, no grupo das despesas de capital.
- (B) transferência corrente, no grupo das despesas correntes.
- (C) subvenção financeira, no grupo das despesas de correntes.
- (D) transferência de capital, no grupo das despesas de capital.
- (E) programação especial, no grupo das despesas correntes.

9. Identifique a alternativa **correta**, considerando o princípio orçamentário da universalidade para fins de elaboração do Orçamento Público e considerando o que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a concessão ou aplicação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

- (A) O orçamento deve compreender todas as receitas e despesas, sendo que a concessão ou aplicação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada da estimativa do impacto financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes e, além disso, (I) - demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa da receita da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas, ou alternativamente, (II) - apresentar as medidas de compensação para o período mencionado (três exercícios), por meio do aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
- (B) O orçamento deve ser elaborado por todas as pessoas jurídicas de direito público em cada esfera da administração, sendo obrigação do Legislativo conhecer, a priori, todas as receitas e despesas do governo e dar prévia autorização para a respectiva arrecadação e realização. Dessa forma, qualquer lei ou medida provisória que conceda ou amplie isenção, incentivos ou benefícios de natureza tributária e financeira e gere efeitos sobre a receita estimada, somente deve ser aprovada caso indique a estimativa de renúncia de receita que irá acarretar.
- (C) O orçamento deve ser de pleno acesso a qualquer interessado, ou seja, exige-se absoluta transparência e pleno acesso às informações acerca das ações dos dirigentes de órgãos e entidades públicas e pelo uso dos recursos, o que inclui a obrigatoriedade de evidência das renúncias de receitas decorrentes de isenções, anistias, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- (D) O orçamento deve ser elaborado e autorizado para execução em um determinado período de tempo, sendo que os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício que forem reabertos, deverão ser incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
- (E) O orçamento deve utilizar rubricas de receitas e despesas pelos seus valores brutos, ou seja, sem deduções e sem compensações. Para tal, exige-se a estimativa das renúncias de receitas, permitindo determinar o montante "potencial" da arrecadação. Dessa forma, se justifica a contabilização simultânea das transferências como receitas e despesas de um órgão e de outro, mesmo que tais valores apenas "entrem" e "saiam", visto que as eliminações devem ser feitas somente no processo de consolidação dos demonstrativos.

10. Leia atentamente as alternativas concernentes aos tribunais de contas e assinale a **correta**.

- (A) O Tribunal de Contas, no Brasil, é órgão auxiliar do Poder Executivo.
- (B) O Tribunal de Contas é preposto do Poder Judiciário.
- (C) O Tribunal de Contas é órgão julgante, por excelência, cível e criminal.
- (D) Compete ao Tribunal de Contas, entre outras atribuições, fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelos entes federativos mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.
- (E) Cabe ao Tribunal de Contas apreciar, com definitividade, as contas dos administradores.

11. Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo são nomeados

- (A) em comissão.
- (B) em caráter efetivo.
- (C) em caráter vitalício.
- (D) no regime de legislação trabalhista.
- (E) em caráter interino.

12. No controle externo municipal, ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo cabe assinalar prazo para que seja sanada ilegalidade constatada na conduta do órgão controlado. Nesse caso, não atendido tempestivamente,

- (A) deve oficiar à Câmara Municipal, solicitando a sustação do ato impugnado.
- (B) deve imediatamente recorrer ao Judiciário.
- (C) o ato de sustação será adotado diretamente pela Câmara Municipal, que, de imediato, solicitará ao Executivo as medidas cabíveis.
- (D) deve oficiar ao Prefeito Municipal, reiterando a correção do ato ilegal.
- (E) susta a execução do ato impugnado, comunicando tal decisão à Câmara Municipal.

13. Dentre os requisitos para a nomeação no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, é **INCORRETA** a exigência de

- (A) notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- (B) idoneidade moral e reputação ilibada.
- (C) mais de cinco anos de exercício de função ou de formação profissional que exija os conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- (D) mais de trinta e cinco anos, e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- (E) aprovação da Câmara Municipal.

14. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município de São Paulo:

- I. Os pareceres emitidos por decisão do Tribunal Pleno em resposta a consultas importam em prejulgamento do Tribunal em relação ao caso concreto invocado e não à tese firmada.
- II. A consulta encaminhada ao Tribunal de Contas poderá ser subscrita por qualquer agente político, independentemente de parecer do órgão de assistência técnica ou jurídica da autoridade consulente.
- III. Os pareceres emitidos por decisão do Tribunal Pleno em resposta a consultas terão caráter normativo, importando em prejulgamento do Tribunal em relação à tese firmada, e não ao caso concreto eventualmente invocado.
- IV. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para formular representação ou denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal.
- V. Contra o acórdão que veicular o parecer emitido pelo Tribunal, em resposta à consulta formulada, caberá pedido de reexame, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da sua publicação.

Pode-se dizer que

- (A) todas as afirmativas estão **incorretas**.
- (B) todas as afirmativas estão **corretas**.
- (C) apenas as afirmativas I e II estão **corretas**.
- (D) apenas as afirmativas III e IV estão **corretas**.
- (E) apenas as afirmativas II, III e IV estão **incorretas**.

15. De conformidade com a Lei Federal n. 8666/93, é dispensável a licitação

- (A) para a aquisição de materiais que só podem ser fornecidos por produtor exclusivo.
- (B) para a contratação de perícias, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
- (C) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (D) para a contratação de profissional de qualquer setor artístico.
- (E) para a contratação de associação de portadores de deficiência psíquica, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade.

16. Os serviços públicos que a Administração presta sem ter usuários determinados (uti universi), diferenciam-se daqueles prestados individualmente (uti singuli) porque

- (A) são divisíveis, ou seja, sua utilização é mensurável.
- (B) têm usuários determinados.
- (C) geram direito subjetivo à sua obtenção.
- (D) satisfazem indiscriminadamente a população.
- (E) são remunerados por meio de tarifa.



17. Admitindo-se a autorização, a permissão e a concessão de uso como instrumentos para a outorga ao particular do uso privativo dos bens públicos, leia as afirmações abaixo, de acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo:

- I. a autorização para uso privativo de bem público não pode ser outorgada por prazo determinado.
- II. a autorização para uso privativo de bem público pode ser outorgada por prazo até o máximo de 90 dias, exceto quando se destinar a formar canteiro de obra ou de serviço público, caso em que o prazo corresponderá ao da duração da obra ou do serviço.
- III. a outorga de autorização para uso privativo de bem público exige prévia desafetação do bem a ser utilizado.
- IV. a permissão de uso de bem público será sempre por tempo indeterminado e formalizada por termo administrativo.
- V. é dispensada a licitação para a concessão de uso, quando o uso se destinar à concessionária de serviço público ou entidades assistenciais ou filantrópicas ou quando houver interesse público ou social devidamente justificado.

Pode-se dizer que

- (A) todas as afirmativas estão **incorretas**.
- (B) todas as afirmativas estão **corretas**.
- (C) apenas as afirmativas II, IV e V estão **corretas**.
- (D) apenas as afirmativas I, II e V estão **incorretas**.
- (E) apenas as afirmativas II, III e IV estão **incorretas**.

18. As organizações sociais são

- (A) órgãos pertencentes à Administração direta, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e à preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.
- (B) são pessoas da Administração indireta, pois são organizações particulares que integram a estrutura governamental.
- (C) fundações de direito público, voltadas ao desenvolvimento de atividades sociais previstas na lei ou decreto que as cria.
- (D) uma nova forma societária ou uma modalidade especial de pessoa jurídica.
- (E) pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que, preenchendo os requisitos legais, podem celebrar contratos de gestão com o poder público para a formação de parceria no fomento e execução de determinadas atividades.

19. José, após concurso regular, foi nomeado para o cargo de Engenheiro Municipal. Toma posse perante a autoridade competente, mas não entra em exercício no prazo legal. Diante dessa situação, a Administração deverá

- (A) demiti-lo.
- (B) instaurar processo administrativo por abandono de cargo.
- (C) tornar sem efeito a nomeação.
- (D) exonerá-lo.
- (E) prorrogar "ex officio" o prazo para entrar em exercício.

20. Quanto ao controle do ato administrativo, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O ato administrativo discricionário e o ato administrativo vinculado estão sujeitos ao controle judicial.
- (B) O administrado pode pleitear a revogação judicial do ato administrativo praticado pelo Poder Executivo.
- (C) Revogado o ato administrativo, seus efeitos operam-se retroativamente.
- (D) A declaração de nulidade do ato administrativo depende sempre de decisão judicial.
- (E) O ato discricionário é imune ao controle judicial.

21. Com relação ao serviço público, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O serviço público é sempre prestado pelo Estado.
- (B) Quando o serviço público é prestado por particulares ocorre uma transferência da titularidade do Estado para a iniciativa privada.
- (C) Serviço público é uma intervenção estatal no domínio econômico.
- (D) A posição doutrinária dominante é a que afirma a "morte do serviço público".
- (E) As únicas hipóteses de prestação de serviço público são aquelas apontadas no texto constitucional.

22. As alternativas abaixo apresentam atribuições do poder hierárquico da Administração Pública, exceto:

- (A) Anular atos ilegais praticados por órgãos inferiores.
- (B) Editar atos regulamentares.
- (C) Aplicar sanções disciplinares.
- (D) Avocar e/ou delegar atribuições.
- (E) Controlar as atividades dos órgãos subordinados.



23. Leia as afirmações seguintes para responder à questão.

- I. O pregão inicia sua fase externa com a convocação dos interessados através da publicação do respectivo edital com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.
- II. Pregão é modalidade de licitação em que há inversão das fases de classificação das propostas e habilitação dos licitantes.
- III. Pregão é modalidade de licitação em que, uma vez conhecidos os valores ofertados, são admitidos lances verbais e sucessivos a serem apresentados por qualquer um dos licitantes, até a proclamação do vencedor.
- IV. Em um pregão realizado pelo Estado pode haver a contratação do licitante classificado em segundo lugar nos preços, por ter sido inabilitado o licitante com o menor preço.
- V. O pregão é reservado à compra de bens de pequeno valor e alienação de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.

Pode-se dizer que

- (A) todas as afirmações são **incorretas**.
- (B) todas as afirmações são **corretas**.
- (C) apenas as afirmações I, II e V são **corretas**.
- (D) apenas as afirmações I, III e V são **incorretas**.
- (E) apenas as afirmações II, III e IV são **incorretas**.

24. Tendo em conta a Lei Orgânica do Município de São Paulo, leia as afirmações seguintes:

- I. Após a posse, os Vereadores se reunirão sob a presidência do mais idoso dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.
- II. A Mesa da Câmara poderá declarar "ex officio" a perda do mandato do Vereador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias, salvo licenças ou missão autorizada pela Câmara.
- III. Os membros da Mesa serão eleitos para um mandato de um ano, não sendo permitida reeleição.
- IV. No período de recesso, a Câmara não poderá ser extraordinariamente convocada pelo Prefeito.
- V. Perderá o mandato o Vereador investido na função de Secretário Municipal.

Estão **corretas**

- (A) apenas as proposições I e II.
- (B) apenas as proposições I, III e V.
- (C) apenas as proposições II e III.
- (D) apenas as proposições II e IV.
- (E) apenas as proposições I, II e III.

25. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição da República, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos constitucionais expressos, **EXCETO**:

- (A) julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça.
- (B) cooperação das associações representativas no planejamento municipal.
- (C) organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal.
- (D) eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito até sessenta dias antes do término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras referentes à eleição em dois turnos no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores.
- (E) posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição.

26. Os institutos de direito administrativo são informados por diversos princípios. Nessas condições, a "suplência", a "delegação" e a "substituição" são institutos informados pelo

- (A) princípio da impessoalidade.
- (B) princípio da continuidade.
- (C) princípio da autotutela administrativa.
- (D) princípio da especialidade.
- (E) princípio do poder-dever.

27. A Emenda Constitucional 41/2003 procurou enfrentar o problema das distorções do sistema remuneratório no art 37, XI

- (A) estabelecendo um limite diverso para os servidores de cada um dos três Poderes no âmbito estadual.
- (B) fixando num único valor o limite de remuneração para os três Poderes e para as esferas federal, estadual e municipal.
- (C) fixando teto apenas para os servidores que continuam sob o regime remuneratório tradicional, não incluindo os que passam para o regime de subsídio.
- (D) estabelecendo um teto incidente sobre toda a administração direta e indireta.
- (E) fixando teto apenas para os servidores incluídos no regime de subsídio, não abrangendo os servidores sob o regime remuneratório tradicional.



28. A lista final de um concurso público, com os candidatos aprovados e classificados foi publicada com diversos erros, constando candidatos reprovados desde a 1ª fase do concurso.

Decorridos alguns meses após a nomeação e entrada em exercício de todos os nomeados, a Administração descobriu o erro e, de imediato, tornou sem efeito as nomeações e anulou o concurso público. Este procedimento

- (A) está correto, visto que os servidores não eram estáveis.
- (B) está correto, visto ter a Administração o poder de autotutela sobre os próprios atos.
- (C) está incorreto, por ferir o princípio da ampla defesa dos servidores nomeados.
- (D) está incorreto, pois, por se tratar de procedimento de concurso público, a anulação só poderia ocorrer antes da homologação e da nomeação dos candidatos aprovados.
- (E) está incorreto, pois a Administração pode revogar seus atos, a qualquer tempo, por ilegalidade.

29. As alternativas abaixo apresentam as finalidades do sistema de controle interno, a ser exercido de forma integrada pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, para promover a fiscalização e controle dos orçamentos públicos, havendo uma única **exceção**. Assinale-a.

- (A) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- (B) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- (C) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- (D) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração direta e indireta, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- (E) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

30. Os atos de improbidade administrativa importarão

- (A) a suspensão dos direitos políticos e da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- (B) a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública e o ressarcimento ao erário.
- (C) somente na instauração da ação penal cabível, visto que, se configurado o crime, este abrangerá os ilícitos administrativos.
- (D) a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- (E) a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

31. Leia a descrição das seguintes condutas típicas:

- I. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- II. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- III. Exigir o funcionário tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, empregar na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.
- IV. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- V. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

Analisando-se tais condutas, conclui-se que correspondem, **respectivamente**, aos crimes de

- (A) extravio, furto, corrupção passiva, extorsão, peculato.
- (B) furto, apropriação indébita, peculato, excesso de exação, advocacia administrativa.
- (C) prevaricação, concussão, excesso de exação, corrupção passiva, peculato.
- (D) advocacia administrativa, apropriação indébita, excesso de exação, corrupção ativa, furto.
- (E) condescendência criminosa, furto, peculato, advocacia administrativa, concussão.



32. Nos termos da Lei Federal nº 10.028 de 19/10/2000, constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas

- I. deixar de expedir ato determinando limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidos em lei.
- II. propor lei de diretrizes orçamentárias anual que não contenha as metas fiscais na forma da lei.
- III. realizar operação de crédito por antecipação de receita para atender insuficiência de caixa somente a partir do décimo dia do início do exercício.
- IV. deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei.
- V. realizar despesas com prévio empenho.

Assinale a alternativa **correta**.

- (A) apenas as afirmativas I, II e IV são **corretas**.
- (B) apenas as afirmativas II e III são **corretas**.
- (C) apenas as afirmativas I, III e IV são **corretas**.
- (D) apenas as afirmativas III e IV são **corretas**.
- (E) apenas as afirmativas I, II e V são **corretas**.

33. Dentre as principais técnicas de análise de balanços, assinale a alternativa que identifica a análise por meio da qual se faz a comparação entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas em diferentes períodos, constituindo um processo de análise temporal que é desenvolvida por meio de números índices.

- (A) Análise horizontal
- (B) Análise vertical
- (C) Análise por indicadores
- (D) Análise por quocientes
- (E) Análise por diagrama de índices

34. Para fins de elaboração da Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos (DOAR), o valor do ganho proveniente da alienação de bens do ativo imobilizado deve ser computado como um

- (A) item positivo no grupo das origens de terceiros.
- (B) item negativo no grupo das origens de terceiros.
- (C) item positivo no grupo das origens das operações e negativo no grupo das origens de terceiros.
- (D) item negativo no grupo das origens das operações.
- (E) item positivo no grupo das origens das operações.

35. As principais causas que fazem variar o saldo do grupo patrimônio líquido no balanço patrimonial de uma entidade com fins lucrativos são

- (A) o investimento inicial de capital e posteriores aumentos ou reduções de capital, bem como a constituição de reservas de lucro.
- (B) o resultado obtido pelo confronto entre receitas e despesas do período, bem como o investimento inicial de capital e posteriores aumentos ou reduções de capital.
- (C) o investimento inicial de capital e posteriores incorporações das reservas de lucro, de capital e de reavaliação.
- (D) o resultado obtido pelo confronto entre receitas e despesas do período, bem como o investimento inicial de capital e posteriores incorporações das reservas de capital.
- (E) o investimento inicial de capital e posteriores aumentos ou reduções de capital, bem como as posteriores incorporações das reservas de lucro.

36. Identifique a alternativa que corresponde ao regime contábil para a apuração dos resultados na contabilidade pública brasileira, no que tange às receitas e despesas.

- (A) Misto, ou seja, receitas arrecadadas (regime de caixa) e despesas empenhadas (regime de competência).
- (B) Competência, ou seja, receitas e despesas orçadas.
- (C) Caixa, ou seja, receitas recebidas e despesas pagas.
- (D) Misto, ou seja, receitas arrecadadas (regime de caixa) e despesas orçadas (regime orçamentário).
- (E) Orçamentário, ou seja, receitas e despesas orçadas e legalmente empenhadas.

37. No âmbito da Administração Pública, os estágios da receita pública são, **respectivamente**,

- (A) a previsão (estimativa), o empenho (inclusão no orçamento) e a arrecadação (pelo pagamento do contribuinte).
- (B) o empenho (inclusão no orçamento), a arrecadação (pelo pagamento do contribuinte) e a realização (pelo recebimento da receita).
- (C) a previsão (estimativa), a arrecadação (pelo pagamento do contribuinte) e o recolhimento (pelo crédito na conta de receita proveniente da entrega do produto da arrecadação).
- (D) a dotação (estimativa), a arrecadação (pelo pagamento do contribuinte) e o empenho (baixa na dotação orçamentária pelo recebimento efetivo da receita arrecadada).
- (E) a previsão (estimativa), o recolhimento dos pagamentos dos contribuintes (pelas repartições fiscais ou rede bancária) e a realização (pelo recebimento da receita).



38. Considerando as demonstrações contábeis elaboradas segundo a Lei 4.320/64 e os sistemas contábeis utilizados na administração pública, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O sistema orçamentário tem dupla finalidade, ele produz o balanço orçamentário e alimenta o sistema patrimonial para que este dê origem ao balanço patrimonial e o balanço financeiro.
- (B) O sistema financeiro tem dupla finalidade, ele produz o balanço financeiro e alimenta o sistema patrimonial para que este dê origem ao balanço patrimonial e à demonstração das variações patrimoniais.
- (C) O sistema patrimonial tem dupla finalidade, ele produz o balanço patrimonial e a demonstração das variações patrimoniais e alimenta o sistema orçamentário para que este dê origem ao balanço orçamentário.
- (D) O sistema de compensação tem dupla finalidade, ele produz a demonstração das variações patrimoniais e alimenta o sistema patrimonial para que este dê origem ao balanço patrimonial.
- (E) O sistema patrimonial tem dupla finalidade, ele produz o balanço patrimonial e alimenta o sistema financeiro para que este dê origem à demonstração das variações patrimoniais.

39. De acordo com a legislação vigente sobre os critérios de classificação orçamentária das despesas públicas, o critério de classificação programática é aquele por meio do qual as despesas públicas são segregadas em

- (A) correntes e de capital.
- (B) funções e subfunções.
- (C) órgãos setoriais e em suas respectivas unidades orçamentárias.
- (D) programas, projetos e atividades, bem como as operações especiais quando efetivamente contribuírem para a consecução dos objetivos dos programas.
- (E) funções, programas, subprogramas, projetos/atividades e subprojetos/subatividades.

40. Para fins de elaboração do Balanço Financeiro de uma entidade pública, assinale a alternativa que evidencia o efeito líquido no caixa da entidade, sabendo-se que: I – a despesa empenhada no ano de 2.001 foi de \$200,00; II – a despesa não paga e inscrita em restos a pagar no ano de 2.001 foi de \$30,00; III – houve o pagamento em 2.001, da despesa inscrita em restos a pagar no ano de 2.000, no valor de \$20,00; e IV – não houve cancelamento das inscrições em restos a pagar.

- (A) Redução de 150.
- (B) Redução de 170.
- (C) Redução de 190.
- (D) Redução de 210.
- (E) Redução de 250.

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

41. Dentre as limitações do poder de tributar, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Simetricamente à imunidade recíproca a impostos, que vigora entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, os bens, rendas e serviços das autarquias, embora apenas quando vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes, são protegidos pela imunidade.
- (B) Os bens, rendas e serviços das autarquias são protegidos pela imunidade a impostos, taxas e contribuições quando vinculados a suas finalidades essenciais.
- (C) Os bens das autarquias não são considerados bens públicos e, por isto, não são protegidos na conformidade do regime próprio que se lhes aplica.
- (D) A imunidade recíproca a impostos que existe entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios não se estende às autarquias.
- (E) A empresa pública e a sociedade de economia mista do Estado que explorem a atividade econômica gozam do privilégio de isenção tributária quanto aos impostos estaduais e municipais.

42. Aponte as únicas agências reguladoras que possuem previsão constitucional.

- (A) ANEEL, ANTAQ e ANP.
- (B) ANEEL e ANP.
- (C) ANEEL, ANATEL e ANTAQ.
- (D) ANEEL e ANA.
- (E) ANATEL e ANP.

43. O julgamento do Presidente da República nos crimes de responsabilidade é atribuição que compete

- (A) ao Superior Tribunal de Justiça, originariamente.
- (B) ao Senado Federal, sob a presidência do Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (C) ao Tribunal Superior Eleitoral, para a aplicação da pena de perda de cargo eletivo.
- (D) ao Congresso Nacional em sessão conjunta de suas Casas.
- (E) à Câmara dos Deputados.

44. A sustação de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa compete

- (A) ao Tribunal de Contas da União.
- (B) ao Senado Federal.
- (C) à Câmara dos Deputados.
- (D) ao Congresso Nacional.
- (E) ao Ministério da Justiça.



45. O planejamento econômico editado pelo Estado, como agente normativo e regulador da atividade econômica, tem caráter

- (A) apenas indicativo para o setor público, mas determinante para o setor privado.
- (B) determinante, tanto para o setor público como para o setor privado.
- (C) determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
- (D) cogente apenas para o setor privado.
- (E) indicativo, tanto para o setor público como para o setor privado.

46. No que tange à "disponibilidade" do servidor público, é correto afirmar que

- (A) desde que o servidor público haja sido nomeado por concurso para o cargo que ocupa, se o seu cargo vier a ser extinto ter-se-á configurado o suficiente para que faça jus à disponibilidade remunerada.
- (B) a disponibilidade é um direito que a Constituição Federal confere ao servidor público estável, caso seu cargo venha a ser extinto ou declarado desnecessário ou, ainda, quando, em virtude de reintegração de outrem, seja desalojado do cargo que ocupava sem ter um cargo de origem para regressar a ele.
- (C) os proventos do servidor colocado em disponibilidade não são proporcionais, nos termos de dispositivo constitucional expresso.
- (D) a disponibilidade é um direito que se aplica aos ocupantes de cargos ou empregos públicos.
- (E) a disponibilidade do servidor público é considerada uma forma inespecífica de aposentadoria, e em certos casos, um gênero de penalidade, mas sempre com remuneração integral.

47. São manifestações do poder de polícia da Administração Pública

- (A) a apreensão de medicamentos vencidos, a expedição de licença para pesca e a defesa nacional.
- (B) o embargo de obra irregular, a imposição de limpeza de terreno e a imposição de multa por infração de trânsito.
- (C) a coleta de lixo, a expedição de licença funcionamento e a autorização para porte de arma.
- (D) a expedição de licença para construir, a coleta de lixo e o internamento compulsório de portador de doença contagiosa.
- (E) a concessão de "habite-se", o transporte urbano, a proibição de construir além de determinado número de pavimentos.

48. Dentre os instrumentos da Política Urbana utilizados pela Administração Pública inclui-se o Tombamento, sendo **correto** afirmar que

- (A) o Tombamento é o instrumento utilizado pela Administração Pública em situação excepcional de emergência, em prejuízo da propriedade particular, para favorecer empresas concessionárias de serviços públicos.
- (B) o Tombamento é o instrumento utilizado pela Administração Pública para ocupar temporariamente o imóvel, caso ocorra perigo iminente, assegurado ao proprietário indenização ulterior.
- (C) o Tombamento é uma restrição parcial da propriedade que não implica necessariamente em indenização.
- (D) não compete ao proprietário fazer as obras de conservação necessárias à preservação do bem, mesmo se tiver recursos econômicos disponíveis, porque este dever é legalmente atribuído ao poder público, já que a coletividade auferir do bem uma utilidade pública singular, em prol do interesse público.
- (E) as obras de origem estrangeira que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no Brasil podem ser objeto de tombamento.

49. Com relação aos contratos de obras, serviços, compras e alienações firmadas pela Administração Pública, é **correto** afirmar que

- (A) o contratado tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro ao longo de todo o período de duração do contrato administrativo, mas, em nosso direito positivo, o contratado só pode pleiteá-lo em Juízo caso tenha se insurgido administrativamente contra sua violação durante o prazo previsto contratualmente.
- (B) nos termos da legislação federal, nos contratos administrativos o contratante público pode modificar unilateralmente os quantitativos previstos até o limite que lhe pareça conveniente aos interesses públicos, desde que indenize o contratado pelos encargos que superem a previsão inicial, de forma a respeitar o equilíbrio econômico-financeiro estipulado originalmente.
- (C) o equilíbrio econômico-financeiro do contrato constitui um direito adquirido do contratado, que não pode ser afetado nem mesmo por lei.
- (D) a equação econômico-financeira contratual não constitui um direito adquirido do contratado, de tal sorte que normas a ele sucessivas podem vir a afetá-lo.
- (E) no contrato administrativo, o equilíbrio econômico-financeiro, também denominado equação econômica ou equação financeira, significa a inalterabilidade das condições, vantagens e ônus recíprocos, nos contratos referentes a empréstimos externos para a realização de obras públicas.



50. A integral vigência do princípio da legalidade pode sofrer transitória constrição perante circunstâncias excepcionais mencionadas expressamente na Lei Maior, como é o caso das Medidas Provisórias, sendo **correto** afirmar que

- (A) Medida Provisória não pode versar sobre matéria relativa à: nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral; direito penal, processual penal e processual civil; organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros; planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares para a União, ressalvado o previsto no art. 167, §3º; detenção ou seqüestro de bens ou poupança popular, ou qualquer outro ativo financeiro; lei complementar disciplinada em projeto de lei, aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.
- (B) as Medidas Provisórias são enviadas ao Congresso e votadas conjuntamente por deputados e senadores.
- (C) Medida Provisória pode dispor sobre matéria reservada à lei complementar, desde que a sua conversão em lei se opere mediante decisão da maioria absoluta dos membros de cada uma das Casas do Congresso Nacional.
- (D) a Medida Provisória que implique instituição ou majoração de impostos, sem qualquer exceção, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte, se houver sido convertida em lei até o último dia do exercício em que foi editada.
- (E) as Medidas Provisórias, o Estado de Defesa e o Estado de Sítio podem ser considerados restrições excepcionais do princípio administrativo da moralidade administrativa.

51. Com relação ao remédio constitucional introduzido ao Habeas Data, pelo art. 5º, LXXII, da Constituição Federal de 1988, é **correto** afirmar que

- (A) de acordo com a jurisprudência do STJ e do STF, é indispensável a exigência do prévio esgotamento da via administrativa para ter-se acesso ao Poder Judiciário, via *habeas data*.
- (B) o julgamento do *habeas data* contra atos de Ministro de Estado compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal.
- (C) não é isento de custas e despesas judiciais o procedimento administrativo para acesso a informações e retificação de dados e para anotação de justificção, bem como a ação de *habeas data*.
- (D) a garantia constitucional do *habeas data* objetiva assegurar judicialmente o conhecimento de informações relativas ao impetrante ou a terceiros.
- (E) é da competência do STJ processar e julgar *habeas data* ajuizado em face do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério Público.

52. Com referência aos atos administrativos, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A ordem de interdição de um estabelecimento pela Administração é um ato de gestão.
- (B) A permissão para instalar uma banca de jornal em determinada praça de uma cidade é ato interno da Administração.
- (C) Atos de gestão são atos de rotina interna, sem caráter vinculante e sem forma especial.
- (D) Atos administrativos gerais ou regulamentares são aqueles expedidos com destinatários determinados sem finalidade normativa.
- (E) O ato administrativo complexo distingue-se do ato composto pela formação.

53. Em relação à Lei nº 11.107, de 06-04-2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, pode-se afirmar que

- (A) o consórcio público não pode ser considerado como pessoa jurídica, seja no direito administrativo, seja no direito privado.
- (B) os consórcios públicos não poderão ser integrados por entes federativos de níveis distintos, em vista da realização de atividades públicas de interesse comum.
- (C) o legislador atribuiu personalidade jurídica aos consórcios públicos, criando, via de consequência, novo ente federativo.
- (D) os entes federativos consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder seus servidores, na forma e condições da legislação de cada um.
- (E) o consórcio público, mesmo que constituído com personalidade jurídica de direito público, não integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

54. Na desapropriação por utilidade ou necessidade pública, a declaração de urgência para fins de imissão provisória de posse

- (A) autoriza o Poder Público a requerer a imissão provisória de posse no prazo de 90 (noventa) dias e não pode ser renovada, nem interrompido este prazo.
- (B) autoriza o Poder Público a requerer a imissão provisória de posse no prazo improrrogável de 120 (cento e vinte) dias.
- (C) autoriza o Poder Público a providenciar a imissão provisória de posse dentro de 45 (quarenta e cinco) dias, mas este prazo pode ser interrompido ou renovado, se houver motivo razoável para isto.
- (D) autoriza o Poder Público a providenciar a imissão provisória de posse dentro do prazo que for mais conveniente para o interesse público.
- (E) autoriza o Poder Público a providenciar a imissão provisória de posse dentro de 30 (trinta) dias, mas o prazo pode ser interrompido ou renovado, se houver motivo razoável para isto.

55. Com relação aos servidores públicos, leia as afirmações seguintes:

- I. O servidor público que, à data da publicação da Emenda Constitucional nº 41/2003, já tivesse implementado as condições para a sua aposentadoria voluntária, com base na legislação vigente e que venha a optar por permanecer em atividade, faz jus a abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória, desde que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem.
- II. A contribuição do Município de São Paulo, inclusive de suas autarquias e de suas fundações, para o custeio do regime próprio de que trata o art. 40 da Constituição Federal, será o dobro da contribuição do servidor ativo, devendo o produto da arrecadação ser contabilizado em conta específica.
- III. O servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação da EC nº 41/2003 (31/12/2003), poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, desde que preencha cumulativamente as seguintes condições: a) 60 anos de idade, se homem e 55 anos de idade, se mulher; b) 35 anos de contribuição, se homem e 30 anos de contribuição, se mulher; c) 20 anos de efetivo exercício no serviço público; d) 10 anos na carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.
- IV. A contribuição social dos servidores públicos titulares de cargos efetivos, regidos pela Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979, e alterações, para a manutenção do regime próprio de previdência social do Município de São Paulo, incluídas suas autarquias e fundações, será de 11% (onze por cento), incidentes sobre a totalidade da base de contribuição.
- V. O servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998, poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha cumulativamente as seguintes condições: a) 35 anos de contribuição, se homem e 30 anos de contribuição, se mulher; b) 25 anos de efetivo exercício no serviço público; c) 15 anos na carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria; d) idade mínima de 60 anos, se homem e 55 anos, se mulher, observada a redução de 01 (um) ano de idade para cada ano de contribuição que exceder o limite de 35 anos, se homem, ou 30 anos, se mulher.

Pode-se afirmar que

- (A) todas as afirmações estão **incorretas**.
- (B) todas as afirmações estão **corretas**.
- (C) apenas as afirmações I, II e V estão **corretas**.
- (D) apenas as afirmações I, III e V estão **incorretas**.
- (E) apenas as afirmações II, III e IV estão **incorretas**.

56. É característica do regime da ação de improbidade administrativa, estabelecido pela Lei nº 8.429/92,

- (A) a possibilidade de resultar na aplicação de pena de perda de direitos políticos.
- (B) a competência privativa do Ministério Público para sua proposição.
- (C) a extensão de sua tutela a atos praticados por qualquer agente público, servidor ou não.
- (D) a possibilidade de transação, acordo ou conciliação nas ações.
- (E) não poder o agente público ser condenado por improbidade administrativa por ato que não importar enriquecimento ilícito nem causar prejuízo ao erário.

57. Existem certos bens públicos que, a depender de determinadas circunstâncias especiais, tanto podem ser da União ou do Estado ou do Município, como é o caso

- (A) dos terrenos de marinha.
- (B) das praias marítimas.
- (C) do mar territorial.
- (D) dos recursos minerais.
- (E) das ilhas oceânicas e as costeiras.

58. No julgamento da licitação para as chamadas concessões comuns, poderá, conforme o caso, ser considerado um dos seguintes critérios:

- (A) a combinação dos critérios menor tarifa e maior oferta pela outorga, independentemente de previsão no edital de regras e fórmulas para avaliação econômico-financeira.
- (B) menor valor da tarifa do serviço, em qualquer hipótese.
- (C) menor valor de tarifa e melhor técnica combinados, independentemente de parâmetros.
- (D) melhor oferta de pagamento pela outorga, independentemente de qualificação de proposta técnica.
- (E) melhor proposta técnica com preço fixado no edital, obedecido os parâmetros nele estabelecidos.



59. Acerca das parcerias público-privadas, previstas pela Lei nº 11.079/2004, é **correto** dizer que

- (A) é um contrato organizacional que aumenta as garantias do Estado-Administração em relação aos deveres do parceiro-privado, pela criação de um fundo.
- (B) não há imposição de limite de despesa nem prazos máximos nos contratos de parcerias público-privadas.
- (C) a implantação e gestão do objeto da parceria serão efetuadas por sociedade de propósitos específicos (SPE), que deve ser constituída antes do travamento do contrato, vedado ao Poder público deter a maioria de suas ações, salvo quando, em face da inadimplência de contratos de financiamento, sua aquisição for efetuada por instituição financeira controlada pelo Poder Público.
- (D) os contratos de parceria público-privada não poderão prever o pagamento ao parceiro privado de remuneração vinculada ao seu desempenho, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato, pois os riscos do empreendimento devem ser divididos entre as partes.
- (E) um Ministério pode valer-se celebrando contrato de parceria público-privada que tem unicamente por objeto o fornecimento de mão-de-obra para a execução de obra pública.

60. Pela teoria do órgão, entende-se que a pessoa jurídica manifesta a sua vontade por meio dos órgãos, de tal modo que quando os agentes que os compõem manifestam a sua vontade, é como se o próprio Estado o fizesse. Por esta teoria, a relação do Estado, pessoa jurídica, com seus agentes se dá mediante

- (A) mandato.
- (B) usurpação.
- (C) representação.
- (D) delegação.
- (E) imputação.

61. Em relação ao domicílio civil, considere as afirmações abaixo:

- I. O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente.
- II. O domicílio do servidor público é o lugar em que exercer permanentemente suas funções.
- III. O domicílio do preso é o local de sua residência à época em que foi encarcerado.
- IV. O domicílio do oficial da marinha mercante é o local onde o navio estiver matriculado.
- V. A mulher casada tem necessariamente por domicílio o do marido.

Estão **corretas**

- (A) apenas as afirmativas I e II.
- (B) apenas as afirmativas I e III.
- (C) apenas as afirmativas II e III.
- (D) apenas as afirmativas I, II e IV.
- (E) apenas as afirmativas III e V.

62. Com relação à prescrição, leia as afirmações seguintes:

- I. A renúncia da prescrição só pode ser expressa.
- II. Não corre a prescrição pendendo ação de evicção bem como pendendo condição suspensiva.
- III. O juiz pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição, salvo se favorecer a absolutamente incapaz.
- IV. Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
- V. A prescrição interrompida recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper .

Está(ão) **correta(s)**

- (A) apenas a afirmação V.
- (B) apenas as afirmações I e III.
- (C) apenas as afirmações II, IV e V.
- (D) apenas as afirmações II e III.
- (E) todas as afirmações.

63. As alternativas abaixo apresentam diversas afirmações a respeito da aquisição do direito de propriedade. Assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Adquire a propriedade do imóvel aquele que o possuir como seu, ininterruptamente e sem oposição por quinze anos.
- (B) Adquire a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por dez anos.
- (C) Adquire a propriedade urbana aquele que, não sendo proprietário de qualquer outro imóvel, a possua como sua, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, não sendo a mesma superior a trezentos e cinquenta metros quadrados.
- (D) Adquire a propriedade aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, a possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia.
- (E) O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

64. O funcionário público que apenas exige para si vantagem indevida, em razão da função pública, sem que sua exigência, por circunstâncias alheias à sua vontade, seja satisfeita, pratica

- (A) ato indiferente ao direito penal.
- (B) peculato na forma tentada.
- (C) corrupção passiva.
- (D) concussão.
- (E) tráfico de influência.



65. Diante das situações abaixo descritas, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Constitui crime de responsabilidade dos Prefeitos, sujeito ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores, deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, nos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal.
- (B) Constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas: deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei.
- (C) Admitida a acusação contra o Presidente da República por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele julgado perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- (D) Agente público pode ser condenado por improbidade administrativa, por ato que não importou enriquecimento ilícito nem causou prejuízo ao erário, desde que o ato atente contra os princípios da Administração Pública.
- (E) Acolhida a acusação de procedimento de Vereador incompatível com o decoro Parlamentar, por 3/5 dos Vereadores, a perda do mandato será decidida pela Câmara, por quorum de 1/3.

66. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a cláusula contratual de eleição de foro em contrato de adesão

- I. em princípio, é válida e eficaz.
- II. pode ser ignorada quando verificar-se abusiva, dificultando a defesa de uma das partes em detrimento da outra; podendo o Juiz declinar de ofício de sua competência.
- III. prevalece sempre, mesmo se configurada que tal indicação está longe de se constituir uma livre escolha e implica em dificultar a defesa da parte contrária.
- IV. é nula de pleno direito em face da proibição legal de cláusula contratual de eleição de foro.
- V. somente valerá se convencionada em separado.

Está (ão) **correta(s)**

- (A) apenas as afirmativas I e V.
- (B) apenas as afirmativas I e II.
- (C) apenas as afirmativas II e III.
- (D) apenas as afirmativas II e IV.
- (E) apenas a afirmativa III.

67. A Lei Complementar 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, sendo **correto** afirmar que

- (A) a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, assim discriminados: União 40%; Estados 50%; Municípios 60%.
- (B) não inclui no limite de despesa com pessoal os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos.
- (C) dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios, é a definição de dívida pública mobiliária.
- (D) ao tratar da "recondução das dívidas aos limites" determina: Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, reduzindo o excedente em pelo menos trinta e cinco por cento no primeiro.
- (E) inclui as despesas com indenização por demissão de servidores ou empregados e as relativas a incentivos à demissão voluntária no limite de despesas com pessoal.

68. Nos termos do artigo 165, § 5º da Constituição Federal de 1988, "a lei orçamentária anual compreenderá:

- I. o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- II. o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- III. o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público".

Além dos orçamentos anuais acima indicados, a Constituição de 1988 estatui que leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- (A) o plano trianual, as diretrizes orçamentárias e as atualizações fiduciárias.
- (B) o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento.
- (C) o plano bianual, as diretrizes orçamentárias e as atualizações permanentes.
- (D) o plano plurianual, as diretrizes estratégicas e as atualizações permanentes.
- (E) o plano plurianual, as diretrizes compensatórias e as atualizações fiduciárias.



69. De acordo com a uniformização da jurisprudência do STJ, o imposto de renda incidirá sobre as seguintes vantagens pecuniárias:

- I. adicional de 1/3 sobre férias gozadas; adicional noturno; complementação temporária de proventos; décimo terceiro salário; gratificação de produtividade; gratificação por liberalidade da empresa, paga por ocasião da extinção do contrato de trabalho; horas-extras .
- II. abono de parcela de férias não-gozadas; férias não-gozadas, indenizadas na vigência do contrato de trabalho, bem como a licenças-prêmio convertidas em pecúnia, sendo prescindível se ocorreram ou não por necessidade do serviço; férias não-gozadas, licenças-prêmio convertidas em pecúnia, irrelevante se decorreram ou não por necessidade do serviço, férias proporcionais, respectivos adicionais de 1/3 sobre as férias, gratificação de Plano de Demissão Voluntária (PDV), todos percebidos por ocasião da extinção do contrato de trabalho, por força da previsão isencional encartada no art. 6º, V, da Lei 7.713/88 e no art. 39, XX, do RIR.
- III. verbas indenizatórias recebidas pelo empregado, porquanto a indenização não é produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos.
- IV. verbas salariais recebidas pelo empregado por terem natureza remuneratória, enquadrando-se no conceito de renda estabelecido no artigo 43 do Código Tributário Nacional.
- V. ajudas de custo, diárias e abono de parcela de férias não-gozadas.

Pode-se dizer que

- (A) todas as afirmativas são **incorretas**.
- (B) todas as afirmativas são **corretas**.
- (C) apenas as afirmativas I e IV são **corretas**.
- (D) apenas as afirmativas I, III e V são **incorretas**.
- (E) apenas as afirmativas II, III e IV são **incorretas**.

70. Leia as afirmações seguintes:

- I. Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de Direito Público sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos.
- II. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de Direito Público quando fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do tribunal superior competente.
- III. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, a sentença que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública de valor excedente a 60 (sessenta) salários mínimos.
- IV. Toda e qualquer sentença proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de Direito Público está sujeita ao duplo grau de jurisdição.
- V. De acordo com Súmula do STF, a exceção prevista no art. 100, caput, da Constituição, em favor dos créditos de natureza alimentícia, não dispensa a expedição de precatório, limitando-se a isentá-los da observância da ordem cronológica dos precatórios decorrentes de condenações de outra natureza.

Conclui-se que está(ão) **correta(s)**

- (A) apenas a proposição IV.
- (B) apenas as proposições I, III e V.
- (C) apenas as proposições II e V.
- (D) apenas as proposições II e IV.
- (E) apenas a proposição III.